



RELATÓRIO DO GRUPO REGIONAL DAS MULHERES PARLAMENTARES (GRMP) DO FP DA SADC À 55^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA ACOLHIDA PELO PARLAMENTO DA REPÚBLICA DE ANGOLA DE 1 A 7 DE JULHO DE 2024

LEMA: REFORÇAR O PAPEL DO PARLAMENTO NO EMPODERAMENTO DAS MULHERES EM PROL DA PROSPERIDADE ECONÓMICA NA REGIÃO DA SADC - ELIMINAR AS BARREIRAS À INCLUSÃO FINANCEIRA DAS MULHERES

Sr. Presidente, peço que esta Assembleia Plenária adopte o Relatório do Grupo Regional das Mulheres Parlamentares (GRMP) à 55.^a Sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, apresentado em 3 de Julho de 2024.

TABELA DE CONTEÚDOS

1.0	COMPOSIÇÃO DO GRMP	3
2.0	JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIAS	3
3.0	TERMOS DE REFERÊNCIA	3
4.0	ENCONTROS REALIZADOS	4
5.0	ANTECEDENTES DA REUNIÃO	4
6.0	APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA VISITA DE ESTUDO À ALEMANHA SOBRE DEMOCRACIA PARLAMENTAR PELA DELEGAÇÃO DO FP DA SADC	5
7.0	APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÃO POR ESPECIALISTAS	7
7.1	Desdobramento da estratégia da SADC sobre a inclusão financeira e o acesso das pequenas e médias empresas (PME) ao financiamento (2023-2028)	7
8.0	OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	11
9.0	CONCLUSÃO	14
10.0	APENDICES	15

1.0 COMPOSIÇÃO DO GRMP

Na data da reunião, em 16 de Maio de 2024, a composição do GRMP era a seguinte:

1.	Hon. Regina Esparon	Seychelles (Presidente)
2.	Hon. Emiline Rakotobe Ramaroso	Madagáscar (Vice-presidente)
3.	Hon. Luisa P. F. Damião Santos	Angola
4.	Hon. Ruth Mendes	Angola
5.	Hon. Teresa Neto	Angola
6.	Hon. Luisa Damião Santos	Angola
7.	Hon. Talita Monnakgotla	Botswana
8.	Sen. Linda Nxumalo	Eswatini
9.	Hon. Nokuthula Dlamini	Eswatini
10.	Hon. Makatleho Motsoasele	Lesotho
11.	Hon. Dr. Pinkie Manamolela	Lesotho
12.	Hon. Roseby Gadama	Malawi
13.	Hon. Rachel Zulu	Malawi
14.	Hon. Marie Jeanne d'Arc Masy Goulamaly	Madagáscar
15.	Hon. Marie Joanne Sabrina Tour	Maurícias
16.	Hon. Marie Geneviève Stéphanie Anquetil	Maurícias
17.	Hon. Maria Marta Fernando	Moçambique
18.	Hon. Jerónima Agostinho, MP	Moçambique
19.	Hon. Agnes Mpingana Kafula	Namíbia
20.	Hon. Paula Kooper	Namíbia
21.	Hon. Utaara Mootu	Namíbia
22.	Hon. Hon. Kelly Samynadin	Seychelles
23.	Hon. Nkhensani Bilankulu	África do Sul
24.	Hon. Ntombovuyo Mente Nkuna	África do Sul
25.	Hon. Shally Josepha Raymond	Tanzânia
26.	Hon. Hawa Mwaifunga	Tanzânia
27.	Hon. Princess Kasune	Zâmbia
28.	Hon. Mutinta Mazoka	Zâmbia
29.	Hon. Julien Nyemba	Zâmbia
30.	Hon. Mercy Mugomo	Zimbabwe
31.	Hon. Lynette Karenyi	Zimbabwe
32.	Hon. Maybe Mbowa	Zimbabwe

2.0 JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

O Parlamento da RDC ainda não constituiu as suas comissões.

3.0 TERMOS DE REFERÊNCIA

As funções do GRMP estão claramente definidas no n.º 5 do artigo 16.º da Constituição e no n.º 6 do artigo 19.º do Regulamento Interno do Fórum Parlamentar da SADC, respetivamente, conforme apresenta-se a seguir:

- a) Fazer lobby e advocacia para a representação igual e equitativa das mulheres em cargos políticos e decisórios nos Estados-membros da

- SADC, em conformidade com o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento e outros instrumentos continentais e internacionais;
- b) Criar uma plataforma para que as mulheres parlamentares se mobilizem em torno da agenda das mulheres para a igualdade, a equidade e a representação efectiva das mulheres no Parlamento e nos partidos políticos;
 - c) Reforçar as capacidades das mulheres parlamentares para uma participação e desempenho efectivos; e
 - d) Criar vias para a partilha de conhecimentos entre as mulheres parlamentares a nível regional.

4.0 ENCONTROS REALIZADOS

O GRMP realizou a sua reunião em formato virtual em 16 de Maio de 2024, sob o lema: *"Reforçar o Papel do Parlamento no Empoderamento das Mulheres em prol da Prosperidade Económica na região da SADC – Eliminar as Barreiras à Inclusão Financeira das Mulheres"*.

5.0 ANTECEDENTES DA REUNIÃO

Apesar do enorme progresso que tem sido feito para promover a inclusão financeira, em geral, a inclusão financeira na região da SADC permanece relativamente baixa e varia muito entre os países. Até à data, 119 milhões de indivíduos (77%) de adultos na região estão financeiramente incluídos em produtos e serviços financeiros formais e informais, em comparação com 57% da população adulta financeiramente incluída em 2011. No entanto, 23% ainda não têm acesso à serviços ou productos financeiros formais ou informais. Em Agosto de 2023, o Conselho de Ministros da SADC adoptou a nova Estratégia Quinquenal para a Inclusão Financeira e o Acesso pelas PME ao Financiamento (2023-2028). A Estratégia aspira por um sistema financeiro da SADC inclusivo, estável e inovador, que permita aos indivíduos e às empresas aceder e utilizar serviços financeiros de qualidade, a fim de contribuir para a industrialização, o crescimento inclusivo e o bem-estar económico resiliente e sustentável, em conformidade com a Visão 2050 da SADC.

É um facto bem conhecido que as mulheres são a espinha dorsal de muitas economias africanas e desempenham papéis fundamentais nas economias de cada Estado-membro da SADC. Estima-se que o valor do comércio realizado pelas mulheres na região da SADC seja de aproximadamente 20 mil milhões de USD por ano (USAID 2016). Estima-se também que 70 por cento dos Comerciantes Informais Transfronteiriços (ICBTs) na região são mulheres, e que 30-40 por cento do comércio intra-SADC provém do comércio informal transfronteiriço (UNO-Mulheres 2010). No entanto, muitas barreiras à inclusão financeira das mulheres impedem o crescimento das suas empresas.

Neste contexto, o Grupo Regional de Mulheres Parlamentares (GRMP) organizou a sua reunião em 16 de Maio de 2024, que decorreu em formato virtual sob o lema: *«Reforçar o Papel do Parlamento no Empoderamento das*

Mulheres em prol da Prosperidade Económica na região da SADC – Eliminar as Barreiras à Inclusão Financeira das Mulheres»

A reunião visava atingir os seguintes objectivos

- i. Promover o conhecimento dos Parlamentares sobre a Estratégia da SADC para a Inclusão Financeira e o Acesso pelas Pequenas e Médias Empresas (PME) ao Financiamento (2023-2028), para que possam fazer lobby para a sua integração e implementação pelos Estados-membros da SADC;
- ii. Melhorar a compreensão dos Parlamentares sobre as Barreiras à inclusão financeira das mulheres e dos jovens na Região da SADC e os efeitos dos choques climáticos, tais como a seca, nas Pequenas e Médias Empresas, com vista a garantir a sua inclusão nas actividades, relatórios e moções das Comissões Permanentes;
- iii. Chegar a acordo sobre as áreas de intervenção e as recomendações para que as Comissões Permanentes contribuam para a 55^a Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC; e
- iv. Proceder à eleição do Presidente e do Vice-presidente do GRMP para o período de 2024-2026.

6.0 APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA VISITA DE ESTUDO À ALEMANHA SOBRE DEMOCRACIA PARLAMENTAR PELA DELEGAÇÃO DO FP DA SADC

- 6.1 A Presidente do GRMP apresentou um relatório sobre a visita de estudo à Alemanha sobre Democracia Parlamentar efectuada por uma delegação do FP DA SADC. Na sua apresentação, a Presidente informou que a delegação do PF da SADC visitou a Alemanha de 9 a 16 de Março de 2024, no âmbito do Programa de Visita à República Federal da Alemanha. A delegação foi chefiada pela Secretária-Geral do FP da SADC, Boemo Sekgoma, que inclui o Sr. Sheuneni Kurasha, Oficial de Programas de Democratização, Governação e Direitos Humanos, bem como os Presidentes das Comissões Permanentes e do Grupo Regional de Mulheres Parlamentares (GRMP).

Os seguintes Presidentes de Comissões integraram a delegação:

1. Hon. Regina Esparon, Presidente do GRMP, das Seicheles.
2. Hon. Dithapelo Lefoko Keorapetse, Vice-Presidente da Comissão Permanente do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento, do Botsuana.
3. Ishmael Ndaila Onani, Presidente da Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais, do Malawi.
4. Huguette Kelly Samynadin, Presidente da Comissão Permanente para o Desenvolvimento Humano e Social, das Seicheles.
5. Tendai Nyabani, Presidente da Comissão Permanente para a Democratização, Governação e Direitos Humanos, do Zimbabwe.
6. Shally Josepha Raymond, Presidente da Comissão Permanente para a Igualdade de Género, Promoção das Mulheres e o Desenvolvimento da Juventude, da Tanzânia.

A visita teve por objectivo promover o debate sobre a colaboração parlamentar a vários níveis governamentais, incluindo, as organizações de mulheres. A este respeito, a delegação analisou a estrutura orgânica, os aspectos relativos ao quadro de pessoal e financeiros do Parlamento da Alemanha. De igual modo, manteve contactos com o Parlamento Europeu para compreender o seu papel na integração regional no âmbito dos assuntos da UE. Além disso, a delegação explorou o Sistema de Governo Federal da Alemanha, incluindo, a dinâmica operacional dos partidos de coligação na governação.

Além disso, a delegação desenvolveu várias actividades para compreender o sistema político da Alemanha, nomeadamente a sua legislatura e a sua relação com o Parlamento Europeu. Visitou igualmente o Parlamento Europeu e realizou debates sobre o seu papel na integração regional e na protecção dos direitos humanos.

Importa realçar, de modo particular, a interacção da delegação com o Conselho de Mulheres do Sarre, liderado pela Sr.^a Lisa Weber. O Conselho foi destacado como organização de tutela que representa 41 associações e organizações de mulheres em Sarre, que defendem os interesses de aproximadamente 100,000 mulheres na região. O seu compromisso de promover a igualdade e a justiça de género na política e na sociedade foi sublinhado, destacando a sua abordagem não partidária, independente e não confessional. O Conselho é composto por mulheres dinâmicas que estão empenhadas em gerar um impacto positivo na vida de outras mulheres.

A delegação colheu inúmeras lições desta visita de estudo, tais como:

- i. Notou a modalidade através da qual os nossos homólogos alemães investem na educação cívica para garantir que o seu trabalho seja apreciado pelos cidadãos, promovendo, deste modo, a sua participação. Isto providenciou uma oportunidade para o FP da SADC apoiar os Parlamentos Nacionais nos seus programas de interacção, defendendo um envolvimento mais profundo com os jovens, em particular, as mulheres e raparigas, através de estágios e visitas de intercâmbio para os expor ao trabalho do GRMP e do Fórum.
- ii. A implementação de uma política externa feminista para integrar o género em todos os sectores exige leis que promovam a igualdade de género, a protecção dos direitos das mulheres e a garantia da igualdade de oportunidades. É igualmente necessária a tomada de uma acção decisiva destinada a erradicar a discriminação, a violência e o assédio com base no género na política e em todos os aspectos da sociedade.
- iii. A afectação de verbas orçamentais é fundamental para apoiar os programas relevantes de empoderamento das mulheres. A educação e a formação são essenciais para garantir que os Parlamentares e outras partes interessadas compreendam plenamente as questões de género. A monitorização, a avaliação e a recolha de dados são

necessários para documentar os êxitos e identificar as lacunas. As parcerias com as OSC e as organizações baseadas na comunidade são igualmente importantes, visto que estão mais próximas das populações.

A este respeito, a visita de estudo permitiu formular as seguintes recomendações:

- i. É essencial dar prioridade à integração da perspectiva de género para garantir que esta seja integrada em todos os sectores da sociedade;
- ii. É necessário defender uma afectação orçamental suficiente para apoiar os programas de empoderamento das mulheres;
- iii. É fundamental dar prioridade às iniciativas de educação e formação para garantir que os Parlamentares e outras partes interessadas compreendam plenamente as questões de género, para que possam defender eficazmente a igualdade de género e os direitos das mulheres nas suas respectivas esferas de influência;
- iv. A ênfase será colocada nos mecanismos de monitorização, avaliação e de colecta de dados para documentar os êxitos e identificar as lacunas das iniciativas em matéria de igualdade de género, tendo em vista abordagens baseadas em dados para a tomada de decisões; e
- v. Os Parlamentares devem promover parcerias com as OSC e as organizações de base comunitária que estejam estreitamente ligadas às comunidades que servem, a fim de aumentar o alcance e o impacto das iniciativas em matéria de igualdade de género.

7.0 APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÃO POR ESPECIALISTAS

Durante a reunião, o GRMP recebeu três apresentações. A primeira apresentação teve por objectivo analisar a Estratégia da SADC para a Inclusão Financeira e o Acesso pelas Pequenas e Médias Empresas (PME) ao Financiamento (2023-2028). A segunda apresentação foi sobre «*Compreender a diferença de género e as barreiras à inclusão financeira na região da SADC*», e a última apresentação teve por objectivo partilhar a experiência da Tanzânia nas áreas de inclusão financeira. Segue-se um resumo de cada apresentação:

7.1 Desdobramento da estratégia da SADC sobre a inclusão financeira e o acesso das pequenas e médias empresas (PME) ao financiamento (2023-2028)

O Sr. Rado Razafindrakoto, Oficial de Programas do Sector Financeiro do Secretariado da SADC, fez a primeira apresentação. A Comissão notou que a Visão 2050 da SADC consiste em criar uma região industrializada pacífica, inclusiva e de rendimento médio a elevado, onde todos os cidadãos e Estados-membros gozem de bem-estar económico sustentável, justiça e liberdade.

Em termos de questões transversais, a Comissão foi informada que o género é muito proeminente na agenda de integração regional da SADC, e que para além do género, outras questões transversais incluem: jovens, alterações climáticas e urbanização.

No que diz respeito aos antecedentes e ao contexto da inclusão financeira, a Comissão tomou conhecimento da definição de inclusão financeira adoptada na Estratégia da SADC. Além disso, a Comissão notou que os objectivos da estratégia de inclusão financeira contemplam essencialmente dois níveis: individual, como as mulheres, os jovens, os empresários individuais, as firmas, as pequenas e médias empresas e o acesso ao financiamento por parte das PME da região. Além disso, a Comissão notou que os créditos, as poupanças, os pagamentos/remessas, os seguros e as pensões são os serviços financeiros que a região contempla no que concerne à inclusão financeira.

Por último, no contexto, a Comissão foi informada que a estratégia de inclusão financeira contempla três dimensões. A primeira dimensão é o acesso, o que significa que todos os adultos da região devem ter acesso a financiamento. A segunda dimensão é a utilização, na qual a Comissão notou que o acesso às finanças não era suficiente. Os indivíduos precisam de utilizar os serviços, tais como efectuar transacções em contas e participar na economia, para que a inclusão financeira possa desempenhar o seu papel, contribuindo, deste modo, para o combate à pobreza. A terceira dimensão foi a qualidade, na qual a Comissão notou que os serviços devem ser prestados concernentes à protecção preventiva dos direitos e também na perspectiva de prestar serviços acessíveis à população visada.

Relativamente à importância da inclusão financeira, a Comissão tomou conhecimento da importância da inclusão financeira, que desempenha um papel importante na concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Comissão notou ainda que os dados das Nações Unidas relevam que a inclusão financeira contribui para, no mínimo, onze ODS, como a erradicação da pobreza e a erradicação da fome. Além disso, a Comissão notou que a inclusão financeira contribui também para a igualdade de género e, acima de tudo, a inclusão financeira desempenha um papel importante na agenda da industrialização na região.

Além disso, a Comissão notou alguns exemplos de Políticas-quadro de inclusão financeira relevantes para a reunião, tais como o Protocolo da SADC sobre financiamento e investimento, o Protocolo sobre Comércio de serviços, a Estratégia da SADC sobre Inclusão Financeira e o acesso pelas PME ao financiamento. Além disso, o apresentador destacou também que a região desenvolveu algumas leis modelo que apoiam a inclusão financeira, tal como o modelo de sistema de pagamentos da SADC e a lei modelo da SADC para o sector bancário. Relativamente às instituições não bancárias, as leis-modelo incluem a lei-modelo das instituições financeiras cooperativas, a lei-modelo das instituições de micro financiamento, a lei-modelo dos requisitos de inscrição das PME e a lei-modelo das sociedades de seguros e de assistência médica.

No que concerne à situação da inclusão financeira, a Comissão notou que a região está a progredir bem, visto que 23% da população adulta da região está financeiramente excluída, contra 40% em 2011.

No que diz respeito às barreiras à inclusão financeira, a Comissão notou várias barreiras, tais como os baixos níveis de literacia financeira e de competências financeiras dos consumidores e das PME, os preços elevados dos produtos, as restrições das infra-estruturas rurais, tais como a conectividade limitada das redes móveis, etc.

Relativamente à Estratégia da SADC para a Inclusão Financeira e o Acesso das PME ao Financiamento, a Comissão foi informada que a estratégia foi aprovada pelo Conselho, em Agosto de 2023, em Luanda, Angola. A Comissão notou que a visão é ter um sistema financeiro da SADC inclusivo, inovador e estável que permita aos indivíduos e às empresas aceder e utilizar o capital nacional e internacional, e contribuir para a industrialização, o crescimento inclusivo e o bem-estar económico resiliente e sustentável. A Comissão notou ainda que a visão é sustentada por três grandes prioridades estratégicas. A primeira prioridade é a harmonização da regulamentação e das directrizes para apoiar a inclusão financeira e o acesso pelas PME ao financiamento. A segunda prioridade é a implementação de plataformas e projectos de infra-estruturas regionais da SADC para apoiar a inclusão financeira e o acesso pelas PME ao financiamento. A terceira é a prestação de apoio específico a nível da SADC aos Estados-membros para a concretização da estratégia regional.

Por último, a Comissão foi informada que a implementação da estratégia também integra o plano de acção sobre o género aprovado pelo Conselho, em Agosto de 2023, inserido no quadro da estratégia de inclusão financeira e de acesso pelas PME ao financiamento da SADC. Além disso, o Plano de Acção para o Género foi concebido para auxiliar os Estados-membros a melhorar os resultados em matéria de género no que se refere à Estratégia da SADC para a Inclusão Financeira e o Acesso pelas PME ao Financiamento (2023-2028), centra-se nas mulheres empresárias e inclui opções para um sistema financeiro transformado que permita às mulheres beneficiarem plena e equitativamente da economia.

7.2 Compreender a diferença de género e as barreiras à inclusão financeira na região da SADC

A Sr.^a Annie Sugrue, da ECOSASA Development, fez a segunda apresentação. Na sua apresentação, a Sr.^a Annie partilhou estratégias para aumentar a inclusão financeira das mulheres e para promover o seu empoderamento económico.

A Comissão notou algumas razões pelas quais as entidades reguladoras, os governos e o sector privado devem tomar medidas que beneficiem as mulheres e as suas empresas através de uma abordagem centrada nas mulheres:

- i. As mulheres constituem mais de **50% da população dos Estados-membros da SADC**. A sua exclusão representa a exclusão de mais de metade da base de mercado dos provedores de serviços financeiros (FSP);
- ii. As mulheres tendem **a investir mais nas suas famílias**, o que é fundamental para alcançar um desenvolvimento económico inclusivo, bem como para reduzir a pobreza;
- iii. Os membros da Aliança Financeira para as Mulheres relatam que o número de empréstimos não produtivos para pequenas empresas concedidos à homens é 67% superior ao dos empréstimos não produtivos concedidos à mulheres, que é 53% inferior;
- iv. As mulheres **influenciam 80% das decisões de despesas e operam 34% das empresas mundiais** e que
- v. 68% das empresas detidas por mulheres têm necessidades de crédito não satisfeitas.

Além disso, a Comissão foi informada sobre algumas intervenções-chave que o Governo poderia aplicar com vista a melhorar a inclusão financeira das mulheres empresárias, cujas intervenções incluem:

- i. Planeamento e orçamentação sensíveis ao género - A Sr.^a Annie salientou que a inclusão económica e financeira das mulheres deve ser planeada e orçamentada para erradicar a sua desvantagem e exclusão. Deu ainda exemplos de orçamentos sensíveis às questões de género, como a concessão de benefícios fiscais ou subsídios às mulheres empresárias para incentivar o crescimento de empresas lideradas por mulheres, etc.
- ii. Contratos públicos sensíveis às questões de género nas empresas de mulheres - O apresentador salientou quatro estratégias fundamentais para os contratos públicos sensíveis às questões de género: integrar as questões de género nos contratos públicos, capacitar as mulheres empresárias, obter fontes estratégicas e subcontratar e, por último, gerir e melhorar o desempenho através de avaliação comparativa, reforço das capacidades, etc.

Relativamente às barreiras à implementação de uma orçamentação sensível ao género, a Comissão tomou conhecimento das seguintes barreiras.

- i. Barreiras socioculturais que reforçam a desigualdade de género;
- ii. Colecta e utilização de dados desagregados por sexo e género;
- iii. A complexidade de uma abordagem de toda a administração pública;
e
- iv. Falta de capacidade: conhecimentos, competências, atitudes e recursos.

Por último, a Comissão foi informada que a orçamentação sensível ao género ajudaria a alcançar o desenvolvimento sustentável número cinco, que

consiste em alcançar a igualdade de género e de empoderamento de todas as mulheres. A Comissão notou que, quando as mulheres são empoderadas, é possível alcançar os seguintes objectivos:

- i. Maior resistência a choques tais como as pandemias e as alterações climáticas;
- ii. Melhoria da segurança alimentar;
- iii. Aumento do apoio e do bem-estar da comunidade; e
- iv. As crianças têm melhores condições para concluir a escolaridade.

7.3 Partilha de experiências sobre actividades de inclusão financeira - o trabalho da Tanzânia em matéria de inclusão financeira

A Sr.^a Dionísia Majema, do Ministério das Finanças da Tanzânia, fez a última apresentação que se centrou no trabalho da Tanzânia em matéria de inclusão financeira. A Comissão notou que 54% de todas as micro, pequenas e médias empresas (MPME) na Tanzânia são propriedade de mulheres.

Relativamente ao financiamento inovador de apoio às mulheres PME, a Comissão foi informada que o Ministério das Finanças, em colaboração com o mercado de capitais, concebeu orientações para a emissão de obrigações societárias, financiamento colectivo baseado no investimento e orientações para obrigações societárias de Sukuk e sub nacionais.

O GRMP tomou conhecimento de três obrigações societárias que são utilizadas para financiar mulheres na Tanzânia: a obrigações societárias Jasiri, sendo a primeira obrigação societária emitida na Tanzânia e na África Subariana. Indicou ainda que os fundos obtidos a partir das obrigações societárias são aplicados para financiar PME lideradas ou detidas por mulheres ou empresas cujos productos e serviços tenham um impacto positivo nas mulheres. A segunda obrigação societária é uma obrigação sub nacional relativa à infra-estruturas hídricas que financia projectos de infra-estruturas hídricas e a terceira obrigação societária de Sukuk que obedece as normas éticas de Sharia, aplicada para financiar empresas que observam os procedimentos de Sharia.

Para concluir a apresentação, a Comissão foi informada que o Governo da Tanzânia registou várias realizações em matéria de inclusão financeira, entre os quais figuram os seguintes:

- i. A inclusão financeira formal aumentou de 65% para 76%;
- ii. O Banco da Tanzânia concedeu licenças à 1, 726 provedores de serviços de micro financiamento e a Comissão de Desenvolvimento Cooperativo da Tanzânia concedeu licenças à 884 SACCO;
- iii. As autoridades governamentais locais registaram 49, 168 grupos de micro financiamento comunitário;
- iv. Foram realizados seminários de sensibilização para vários grupos-alvo que participam em exposições, eventos que atraem multidões, como a

Semana Nacional dos Serviços Financeiros, e o programa abrange eventos de educação financeira através das redes sociais, televisões, jornais e rádios; e

- v. O Ministério das Finanças, em colaboração com os provedores de serviços financeiros, realiza todos os anos, em Março, um programa de educação financeira para as mulheres

8.0 OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Após a recepção das apresentações, o GRMP:

TOMOU CONHECIMENTO da importância da integração e implementação da Estratégia da SADC sobre a Inclusão Financeira e o Acesso ao Financiamento das Pequenas e Médias Empresas (PME) (2023-2028) pelos Estados-membros da SADC.

NOTOU que as mulheres são a espinha dorsal de muitas economias africanas e desempenham papéis fundamentais nas economias de cada Estado-membro da SADC. Contudo, o GRMP notou com preocupação as barreiras à inclusão financeira das mulheres, tais como os baixos níveis de literacia financeira e as restrições em termos de infra-estruturas rurais, tais como a conectividade limitada das redes móveis, etc.

MANIFESTOU-SE AINDA PREOCUPADO com o aumento dos custos das transacções transfronteiriças que afectam negativamente o empreendedorismo e as empresas lideradas por mulheres.

NOTOU IGUALMENTE que, quando as mulheres são capacitadas, é possível alcançar os seguintes objectivos:

- i. Maior resistência a choques como as pandemias e as alterações climáticas;
- ii. Melhoria da segurança alimentar;
- iii. Aumento do apoio e do bem-estar da comunidade; e
- iv. As crianças têm melhores condições para concluir a escolaridade.

TOMOU CONHECIMENTO do trabalho que a Tanzânia está a fazer para melhorar a inclusão financeira das mulheres e que os Estados-membros devem aprender com as iniciativas da Tanzânia.

NOTOU AINDA que a Inclusão Financeira é importante para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para, pelo menos, onze ODS, tais como erradicar a pobreza e erradicar a fome. Além disso, a Comissão notou que a inclusão financeira também contribui para a igualdade de género e, acima de tudo, desempenha um papel importante na agenda da industrialização na região.

MANIFESTOU-SE PREOCUPADO com a diferença de género que existe na inclusão financeira, visto que as mulheres constituem mais de **50% da população dos Estados-membros da SADC**. A sua exclusão representa a

exclusão de mais de metade da base de mercado dos provedores de serviços funcionais;

MANIFESTOU-SE IGUALMENTE PREOCUPADO em relação às informações segundo as quais 68% das empresas pertencentes a mulheres têm necessidades de crédito não satisfeitas.

POR CONSEQUENTE, o GRMP decidiu recomendar à 55^a Assembleia Plenária nos seguintes termos:

- 1) **Apelar** aos Estados-membros a realizar lobby em prol da integração da Estratégia da SADC sobre a Inclusão Financeira e o Acesso ao Financiamento por parte das Pequenas e Médias Empresas (PME) (2023-2028), bem como a sua execução pelos Estados-membros da SADC.
- 2) **Exortar** os Estados-membros a ponderar em torno da possibilidade de ministrar educação financeira através de uma diversidade de canais, como a rádio, as redes sociais, os jornais e os espectáculos de marionetas, que se adaptem a cada grupo de pessoas. Por exemplo, as redes sociais são importantes para alcançar os jovens nos países onde o acesso à Internet é mais amplo. Relativamente às mulheres das zonas rurais que não têm acesso aos meios de comunicação social, os espectáculos de marionetas podem ser muito eficazes;
- 3) **Apelar** aos Estados-membros para que criem um ambiente propício para que o sector privado desempenhe o seu papel na promoção da inclusão financeira das mulheres, ou seja, reduzindo os preços.
- 4) **Exortar** os Estados-membros a tomarem medidas fundamentais que possam ser utilizadas para melhorar a inclusão financeira das mulheres empresárias, entre outras:
 - Planear e elaborar orçamentos sensíveis às questões de género, tais como a concessão de benefícios fiscais ou subsídios às mulheres empresárias para incentivar o crescimento de empresas lideradas por mulheres; etc
 - Contratos públicos sensíveis às questões de género que incluam: integrar a dimensão do género nos contratos públicos, capacitar as mulheres empresárias, recorrer a fontes estratégicas e à subcontratação e, por último, gerir e melhorar o desempenho através da avaliação comparativa, do reforço das capacidades, etc.
- 5) **Apelar** aos Estados-membros para que incluam a educação financeira no currículo escolar do ensino primário e secundário, de modo a que as competências financeiras básicas e a literacia financeira sejam introduzidas em alguns dos cursos de competências úteis ao longo da vida;

- 6) **Apelar igualmente** aos Estados-membros para que desenvolvam e promovam produtos financeiros especificamente concebidos para as mulheres, tendo em consideração as suas necessidades e preferências específicas. Estas poderiam incluir contas de poupança, micro empréstimos e seguros adaptados às circunstâncias das mulheres.
- 7) **Implorar** aos Estados-membros que defendam políticas que abordem a discriminação baseada no género nos serviços financeiros e incentivem a igualdade de acesso das mulheres ao crédito, aos direitos de propriedade e à herança.
- 8) **Implorar ainda** aos Estados-membros que promovam os serviços financeiros digitais, como os serviços bancários móveis e as carteiras electrónicas, para aumentar o acesso das mulheres aos serviços bancários, aos pagamentos e às poupanças, e que eliminem barreiras, tais como a conectividade limitada à Internet e a literacia digital.

9.0 CONCLUSÃO

A reunião do GRMP foi bem-sucedida. O GRMP gostaria, por conseguinte, de agradecer à todas as partes interessadas que participaram na reunião, em particular, às pessoas-recurso que fizeram apresentações durante a reunião.

O GRMP gostaria também de agradecer ao Secretário-Geral e a todo o pessoal do Fórum Parlamentar da SADC por terem organizado e facilitado a reunião de uma forma profissional e por terem prestado pareceres técnicos ao Grupo.

O GRMP espera que as recomendações contidas no seu relatório sejam adoptadas pela 55^a Assembleia Plenária sem reservas.

Hon. Shally Josepha RAYMOND
PRESIDENTE

Sr.^a Mammehela MATAMANE
SECRETÁRIA DA COMISSÃO

10.0 APENDICES**APENDICE 1 - APRESENTAÇÕES RECEBIDAS A PARTIR DOS INTERVENIENTES**

Série Nº:	Título da apresentação de comunicações	Instituições/Indivíduo que submeteu
1.	Desdobramento da estratégia da SADC sobre a inclusão financeira e o acesso das pequenas e médias empresas (PME) ao financiamento (2023-2028)	Secretariado da SADC/Rado Razafindrakoto E-mail: rrazafindrakoto@sadc.int
2.	Compreender a diferença de género e o acesso à inclusão financeira na região da SADC	Annie Sugrue Email: annie@ecosasa.co.za
3.	Partilha de experiências sobre actividades de inclusão financeira - o trabalho da Tanzânia em matéria de inclusão financeira	Sr. ^a Dionísia Mjema, Ministério das Finanças da Tanzânia E-mail: dionisia.mjema@hazina.go.tz

APÊNDICE 2 - LISTA DOS FUNCIONÁRIOS DO FP DA SADC

1.	Joseph Manzi	Director de Programas
2.	Sr. ^a Clare Musonda Institucional	Directora para Governação
3.	Sr. Sheuneni Kurasha	Gestão de Programa (DGHR)
4.	Sr. ^a Racheal Mundilo	Gestor do Programa (FANR CJ)
5.	Sr. Moses Magadza	Oficial de Mídias e de Comunicação
6.	Sr. ^a Mammehela Matamane	Secretário da Comissão
7.	Sr. ^a Gomezgani Ngwira	Secretário da Comissão
8.	Sr. ^a Paulina Kanguatjivi Coordenadora	Assistente: Oficial de Procedimentos e
9.	Ronald Windwaai	Oficial das TIC